

## VIII-069 - PROCESSOS DE CERTIFICAÇÃO PROFISSIONAL DO TRABALHADOR EM SANEAMENTO AMBIENTAL

### **Eduardo Antonio Maia Lins** <sup>(1)</sup>

Formado em Engenharia Civil pela Universidade de Pernambuco (2000), Mestrado (2003) e Doutorado (2011) em Geotecnia Ambiental pela Universidade Federal de Pernambuco. Atualmente é Professor do Instituto Federal de Pernambuco (IFPE-Ipojuca) e do Centro Universitário Maurício de Nassau.

### **Roberta Medeiros de Souza Cavalcanti** <sup>(2)</sup>

Possui graduação em administração pela UFPE (2006) e Doutorado em Geografia também pela UFPE (2012). Atualmente trabalha no Centro de Tecnologias Estratégicas do Nordeste.

### **Fernanda Nery de Oliveira Vasconcelos** <sup>(3)</sup>

Graduanda do curso de Pedagogia pela Universidade Federal de Pernambuco. Tem experiência de pesquisa na área de Educação sobre a temática de identidade docente e formação continuada. Atualmente é bolsista de Iniciação Tecnológica e Industrial do CNPq.

### **Luciana Oliveira Freitas Monteiro** <sup>(4)</sup>

Formada em Pedagogia pela Universidade Federal de Pernambuco (2009) e mestranda na Área de Formação de Professores e Prática Pedagógica (UFPE). Trabalhou como Auxiliar de reabilitação de crianças com dificuldade de aprendizado (CESPE II). Atualmente é bolsista (FACEPE) no Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Pernambuco.

### **José Fernando Thomé Jucá** <sup>(5)</sup>

Professor do Depto de Eng. Civil da UFPE. Pós-Doutor pela Universidade de São Paulo. Coordenador do Grupo de Resíduos Sólidos – GRS/UFPE. Coordenador do Programa de Monitoramento do Aterro da Muribeca. Pesquisador do CNPq desde 1991, com bolsa de produtividade 1B desde 2005.

**Endereço** <sup>(1)</sup>: Rua Professor Souto Maior, 33, Aptº1303 – Casa Amarela – Recife – PE - CEP:52051 -240, Brasil - Tel: (81) 9965-3819 - e-mail: [eduardomaialins@yahoo.com.br](mailto:eduardomaialins@yahoo.com.br)

## **RESUMO**

A Rede Nacional de Capacitação e Extensão Tecnológica em Saneamento Ambiental – ReCESA – tem o propósito de reunir, articular e integrar um conjunto de instituições e entidades com o objetivo de promover o desenvolvimento institucional do setor de saneamento, mediante soluções de capacitação, intercâmbio técnico e extensão tecnológica, com abrangência em sistemas de abastecimento de água, esgotamento sanitário, drenagem de águas pluviais urbanas, resíduos sólidos e temas de gestão, integradores e transversais.

**PALAVRAS-CHAVE:** Saneamento Ambiental, Capacitação, Trabalhadores.

## **INTRODUÇÃO**

A criação do Ministério das Cidades em 2003 permitiu que os imensos desafios urbanos passassem a ser encarados como política de Estado. Nesse contexto, a Secretaria Nacional de Saneamento Ambiental (SNSA) inaugurou um paradigma que inscreve o saneamento ambiental como política pública, com dimensão urbana e ambiental, promotora de desenvolvimento e da redução das desigualdades sociais.

Saneamento Ambiental é definido como o conjunto de ações que tem por objetivo alcançar níveis crescentes de salubridade ambiental, por meio de abastecimento de água, coleta e disposição sanitária de resíduos sólidos, líquidos e gasosos, controle de vetores e reservatórios de doenças transmissíveis, melhorias sanitárias domiciliares, educação sanitária e ambiental e demais serviços especializados com a finalidade de proteger e melhorar a condição de vida, tanto nos centros urbanos quanto nas comunidades rurais (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2002).

Uma concepção de saneamento em que a técnica e a tecnologia são colocadas a favor da prestação de um serviço público é essencial. A missão da SNSA ganhou maior relevância e efetividade com a agenda do saneamento para o quadriênio 2007-2010, haja vista a decisão do Governo Federal de destinar, dos recursos

reservados ao Programa de Aceleração do Crescimento – PAC, 40 bilhões de reais para investimentos em saneamento.

Nesse novo cenário, a SNSA conduz ações em capacitação como um dos instrumentos estratégicos para a modificação de paradigmas, o alcance de melhorias de desempenho e da qualidade na prestação dos serviços e a integração de políticas setoriais. Assim como, o Ministério das Cidades que vê na capacitação importante estratégia para fazer frente a esses desafios. Para isso, tem sido fundamental o investimento em capacitação dos diversos agentes intervenientes no saneamento – gestores, reguladores, financiadores, prestadores e os próprios usuários.

Um arcabouço legal a partir da promulgação das Leis que estabelece as diretrizes sobre a formação de Consórcios Públicos e Gestão Associada (Lei no. 11.107, de 6 de abril de 2005) e da Lei de Saneamento Básico (Lei nº 11.445 de 5 de janeiro de 2007), que trata do Marco Regulatório para o Saneamento Ambiental, e mais recentemente da promulgação da Política Nacional de Resíduos Sólidos (Lei no. 12.305 de 02 de agosto de 2010), novos papéis estão sendo requisitados aos agentes públicos, privados e sociais que atuam no setor, com um objetivo maior da universalização dos serviços de saneamento básico e ambiental, como indutor do desenvolvimento e melhoria de qualidade de vida da população, maximizando a eficácia das ações empreendidas.

As novas regras e condutas que são estabelecidas pelos marcos regulatórios pressupõem o planejamento integrado, a regulação e o controle social como seu tripé de sustentação. Por isso, as ações em capacitação devem ter enfoque multidisciplinar, abordando as diversas interfaces temáticas do saneamento e observando as lógicas institucionais que orientam as políticas públicas de desenvolvimento urbano, saúde, meio ambiente, a gestão dos recursos hídricos, bem como as políticas promotoras da redução das desigualdades regionais e de inclusão social.

Neste contexto, o projeto de estruturação da Rede de Capacitação e Extensão Tecnológica em Saneamento Ambiental – ReCESA constitui importante iniciativa. A ReCESA tem o propósito de reunir um conjunto de instituições e entidades com o objetivo de coordenar o desenvolvimento de propostas pedagógicas e de material didático, bem como promover ações de intercâmbio e de extensão tecnológica que levem em consideração as peculiaridades regionais e as diferentes políticas, técnicas e tecnologias visando capacitar profissionais para a operação, manutenção e gestão dos sistemas de saneamento.

A proposta de construção de uma Rede de Capacitação e Extensão Tecnológica em Saneamento teve origem no grupo de trabalho, de caráter interministerial, denominado GT Capacitação, constituído em 2004. O GT surgiu em resposta a uma intenção do governo de conhecimento da realidade brasileira nesta área. O argumento para criação da ReCESA foi extraído dos resultados do estudo “Capacitação em Saneamento Ambiental: Identificação e Qualificação da Oferta e da Demanda”, realizado pelo Programa de Modernização do Setor Saneamento (PMSS) (PMSS, 2005).

Para a construção da Rede foi adotado como estratégia central a qualificação de instituições que assumiram um papel de referência, coordenação regional e abrangência multidisciplinar no conjunto das temáticas que integram o campo do saneamento, a saber: abastecimento de água, esgotamento sanitário, gestão integrada dos resíduos sólidos, manejo integrado das águas pluviais urbanas e temas transversais. A rede foi estruturada em Núcleos Regionais constituídos conforme as orientações e diretrizes da Chamada Pública MCT/FINEP/CT-HIDRO – CAPACITAÇÃO – 01/2005. Esses núcleos regionais foram constituídos em sintonia com os princípios da Rede, tendo abrangência temática e capilaridade regional, atuando em todas as frentes das ações de saneamento, considerando-se as políticas e técnicas de manejo, tratamento e disposição específicas para cada tema e apropriadas para cada região. Dessa forma, os Núcleos Regionais promoveram a formação e a capacitação dos profissionais que atuam no setor, assim como as políticas públicas que disciplinam a intervenção de todos os agentes envolvidos com o setor de saneamento ambiental (PMSS, 2005).

Com a finalidade de garantir a continuidade da Rede de Capacitação em Saneamento Ambiental, promovendo sua consolidação e ampliação, o Ministério das Cidades, por meio da SNSA pretende promover o 2º ciclo de atividades para a ReCESA. Desta forma, este projeto consiste em promover uma articulação de diferentes instituições de ensino e pesquisa, e organizações que atuam na área de saneamento ambiental na região Nordeste com vistas a formação de uma rede integrada de capacitação, consolidando a estrutura da ReCESA.

O objetivo principal é a partir da proposta pedagógica da ReCESA consubstanciada com seus objetivos, avaliar metodologias para itinerários de formação e capacitação profissional, materiais didáticos e incorporar plataformas tecnológicas diferenciadas, para atendimento das realidades e necessidades locais e regional e de cada público-alvo. Dessa forma a ReCESA busca atingir um maior contingente de agentes intervenientes no saneamento, proporcionando reflexões com ênfase na incorporação de novos referenciais à prática profissional, na busca do desenvolvimento e consolidação de projetos de saneamento com sustentabilidade ambiental, financeira e qualidade na prestação do serviços, para atendimento da população da região Nordeste.

## **MATERIAIS E MÉTODOS**

A metodologia a ser adotada para o programa para Certificação Profissional do Trabalhador da área de Saneamento Ambiental também seguiu os mesmos parâmetros do programa CERTIFIC, visto que este já se encontra em vigor para setores como Construção Civil, Turismo, dentre outros.

A proposta metodológica para certificação do trabalhador contempla, portanto, as mesmas etapas do processo de certificação previstas no programa CERTIFIC, dentre as quais:

- a) Pré-inscrição
- b) Palestra de orientação
- c) Matrícula no programa
- d) Reconhecimento de saberes
- e) Certificação profissional

Neste processo, destaca-se o procedimento de encaminhamento do trabalhador para cursos de formação inicial, continuada e profissional, quando necessário, ou seja, mesmo aquele trabalhador que não apresentar os requisitos necessários para obtenção da Certificação Profissional, recebe orientação para ingressar nesses cursos.

Como proposta adicional à metodologia já existente no programa CERTIFIC, sugere-se a inclusão da Rede ReCESA - Rede de Capacitação e Extensão para Saneamento - como parceira no que se refere à oferta de cursos presenciais e/ou à distância para complementação de saberes profissionais específicos na área de Saneamento Ambiental aos trabalhadores que busquem certificação nesta área.

### **a) Pré-Inscrição**

Etapas em que os trabalhadores, jovens ou adultos, interessados em receber o reconhecimento de seus saberes sócio-profissionais, para fins de certificação, deverão comparecer ao campus de um Instituto Federal para manifestar seu interesse, munidos de Carteira de Identidade e CPF.

A pré-inscrição dos trabalhadores dar-se-á mediante o preenchimento de formulário específico e entrega de fotocópias dos documentos necessários à certificação: Carteira de Identidade; CPF; comprovante de residência e, quando houver, documentos comprobatórios da experiência profissional e/ou cursos na área que deseja solicitar o reconhecimento de saberes e da escolaridade.

No formulário constarão dados que busquem informações sobre a identificação pessoal e profissional e poderá ser preenchido na própria instituição de interesse do trabalhador ou em instituições parceiras na própria comunidade em que ele resida.

### **b) Palestra de Orientação**

Momento em que os trabalhadores pré-inscritos receberão as orientações referentes às etapas do Programa. Nesse Evento a instituição de ensino apresentará o Programa de Certificação, descrevendo cada uma das etapas de avaliação, reconhecimento de saberes e da formação profissional para onde o trabalhador poderá ser encaminhado, e entregará o Manual do Candidato a todos que desejarem matricular-se no Programa.

O Manual do Candidato deverá apresentar as informações necessárias para que o trabalhador tenha clareza de todas as etapas, métodos, processo de avaliação e certificação dos saberes, assim como as possibilidades de

formação que serão ofertadas. No manual deverão constar claramente os conhecimentos que serão avaliados e os respectivos perfis profissionais.

#### **c) Matrícula**

A matrícula para o Processo de Reconhecimento de Saberes dar-se-á após a divulgação do calendário de atendimento de cada grupo de 20 trabalhadores inscritos, que serão organizados por escolaridade e experiência profissional. Cada grupo terá seu calendário próprio de matrícula.

##### **• Agrupamento por nível de conhecimento**

O agrupamento dos trabalhadores por nível de conhecimentos na área se dará em função do perfil estabelecido com nível de escolaridade requerido. Ao implantar o programa, a instituição assumirá o compromisso de atender a todos os inscritos, podendo construir a partir dos agrupamentos, estratégias de parceria com escolas municipais e estaduais para o desenvolvimento de programas integrados de alfabetização e conclusão do ensino fundamental e médio.

#### **d) Reconhecimento de Saberes**

Para o reconhecimento de saberes serão realizadas entrevistas, dinâmicas de grupo e avaliação do desempenho profissional. No decorrer dessas atividades, o trabalhador terá a oportunidade de demonstrar seus saberes e experiências, para construção de seu Memorial Descritivo. O Memorial Descritivo será o primeiro documento oficial que servirá como instrumento para o reconhecimento de saberes e ingresso imediato do trabalhador em cursos de formação inicial e continuada (FIC) quando necessário.

A partir do Memorial Descritivo o trabalhador será enquadrado em um dos seguintes casos:

- Direito ao Atestado Profissional, que é um documento que comprova a plenitude dos saberes do trabalhador; relacionado à ocupação, independente da escolaridade;
- Direito ao Certificado, para aqueles trabalhadores que já apresentarem os saberes profissionais e a escolarização necessários para o exercício da profissão.

#### **e) Certificação Profissional**

A instituição certificadora, em conjunto com a rede Recesa emitirá certificado para desempenho da profissão, com registro de Memorial Descritivo das atividades desenvolvidas durante processo de certificação para aqueles trabalhadores que apresentarem os saberes profissionais e a escolarização necessários para o exercício da profissão.

### **RESULTADOS ESPERADOS**

Como resultado aos processos de certificação profissional do trabalhador em saneamento ambiental, com a parceria do programa CERTIFIC, espera-se aperfeiçoar a qualidade dos serviços e a competência técnica dos profissionais deste setor em todo o território nacional. Além disso, entende-se que será uma importante iniciativa para a valorização dos profissionais que trabalham nesta área, como um importante passo para a formulação de outras práticas que tenham como objetivo investir nos trabalhadores na área de saneamento ambiental no Brasil.

O programa Certific no presente momento, encontra-se em processo de análise e reformulações pertencentes ao seu funcionamento, devido a isso, até o final deste ano, acredita-se que será possível obter as respostas que o ReCESA espera para a continuação e intensificação do seu trabalho. Pretende-se com esse sistema de parceria entre o CERTIFIC e o ReCESA criar um sistema sustentável e amplo de ações que visem uma maior capilaridade e continuidade aos trabalhos que buscam melhorias na área de Saneamento Básico no Brasil

## **REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS**

1. BRASIL (2005a). Lei No 11.107, de 06 de abril de 2005. Dispõe sobre normas gerais de contratação de consórcios públicos e dá outras providências. Consórcios Públicos.
2. BRASIL (2005b) Sistema Nacional de Certificação profissional – Proposta Governamental. Disponível em< [http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf1/certifica\\_minuta.pdf](http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf1/certifica_minuta.pdf)> Acesso em 10 de outubro de 2010.
3. BRASIL (2007a). Decreto No 6.017, de 17 de janeiro de 2007. Regulamentação da Lei 11.107/05 que dispõe sobre normas gerais de contratação de consórcios públicos.
4. BRASIL (2007b). Lei Federal Nº 11.445, de 05 de janeiro de 2007. Estabelece diretrizes nacionais para o saneamento básico.
5. BRASIL, (2010a) Decreto Nº 7.217, de 21 de junho de 2010. Regulamentação da Lei do Saneamento básico.
6. BRASIL (2010b). Lei No 12.305 de 02 de agosto de 2010. Institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos; altera a Lei no 9.605, de 12 de fevereiro de 1998; e dá outras providências.